

REINALDO GONÇALVES*

DESESTABILIZAÇÃO MACROECONÔMICA E DOMINAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO NO BRASIL

INTRODUÇÃO

A partir de 1995 a economia brasileira tem se caracterizado pela ocorrência simultânea de quatro processos. O primeiro processo é o de políticas macroeconômicas restritivas e convencionais, principalmente, as políticas de juros reais elevados e de aumento da carga tributária. O segundo, abarca as medidas de liberalização e abertura externa nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira. O terceiro, refere-se ao desempenho medíocre, tanto no que diz respeito ao crescimento econômico quanto à redução da desigualdade. E finalmente, o quarto processo trata do avanço e da consolidação da dominação do capital financeiro comandado pelos grandes bancos privados nacionais. Esses processos têm sido determinantes fundamentais da evolução da economia e da política no Brasil e são interdependentes. Nesse texto analisaremos mais especificamente os dois últimos: o desempenho medíocre e a dominação do capital financeiro.

Desde o início da década de 1980, o Brasil tem sido atravessado por graves problemas de desestabilização macroeconômica (inflação, contas externas, finanças públicas, renda, investimento e emprego).

* Professor titular de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Desequilíbrios de fluxos e de estoques são recorrentes nessa longa trajetória de instabilidade e crise da economia brasileira. Estes são desequilíbrios simultâneos nos *fronts* interno e externo. Para enfrentar essas adversidades, as medidas macroeconômicas têm sido marcadamente restritivas, principalmente a partir de 1995. Dentre essas políticas, cabe destacar a política monetária de juros reais elevados. Longos períodos de câmbio sobrevalorizado também comprometem a expansão da produção e do emprego.

Essas políticas são reforçadas por políticas tributárias e fiscais restritivas. Neste caso, trata-se tanto do aumento da carga tributária quanto da definição de metas de superávit fiscal primário. Ao excluir o pagamento dos juros das metas fiscais, o governo cria um extraordinário mecanismo de transferência de renda do conjunto da população para os rentistas do setor financeiro. Esse mecanismo inibe, ainda mais, o crescimento econômico na medida em que transfere renda de grupos sociais, com elevada propensão a gastar (trabalhadores) para um grupo minoritário de rentistas do capital financeiro. Os rentistas operam no circuito da valorização financeira lastreada, fundamentalmente, na expansão da dívida pública (dívida mobiliária do governo federal).

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e no Governo Lula (2003-2006), a política macroeconômica tem se assentado no tripé: metas inflacionárias rigorosas que são operadas com juros altos; política fiscal restritiva vinculada a superávits fiscais primários e regime de câmbio flexível que, nos momentos de excesso de liquidez internacional, gera forte sobrevalorização cambial e nos momentos de turbulência externa ou interna provoca abruptas desvalorizações da moeda nacional.

Para fins analíticos e tendo como foco o desempenho histórico comparativo, os períodos a serem tratados são 1980-1994 e 1995-2004. O ano de 1995 é uma referência na história brasileira recente, pois é o início do processo de consolidação do chamado Plano Real e do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (Filgueiras, 2003: 93-116). Esse governo se caracterizou pela implementação de políticas macroeconômicas ortodoxas e de reformas estruturais liberalizantes, inclusive a de abertura rápida, profunda e abrangente da economia brasileira (Cano, 1999: 246-266). O ano de 1995 também é um divisor de águas na medida em que separa o período 1981-1994, de alta inflação anual (3 dígitos), do período pós-1995, de baixa inflação (quase sempre, de um dígito).

Desde o início da década de 1990 as políticas macroeconômicas restritivas determinam o desempenho medíocre do lado real da economia brasileira. Não resta dúvida de que a vulnerabilidade externa –agravada pela liberalização e pela abertura da economia– foi determinante da desestabilização macroeconômica ao longo da década de 1990. Entretanto, a melhora significativa da situação internacional a

partir de 2003, não impediu que a economia brasileira continuasse com baixas taxas de crescimento econômico. O fato a destacar é que, como fatores permanentes do período que se inicia nos anos 1990, temos a abertura externa e o viés restritivo das políticas macroeconômicas. Além do impacto negativo sobre o crescimento econômico, essas políticas têm impedido a redução da desigualdade da distribuição pessoal da renda e afetado a distribuição funcional da renda a favor do capital financeiro. O avanço do capital financeiro ocorre em detrimento do capital produtivo e, principalmente, dos trabalhadores. Esse processo é particularmente evidente a partir de 1995.

O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, analisaremos o processo de desestabilização macroeconômica iniciado nos primeiros anos da década de 1980, com a crise do financiamento externo e a aceleração do processo inflacionário. Nesta seção, examinaremos, ainda, os traços marcantes das principais políticas macroeconômicas e os resultados dessas políticas, principalmente, quanto à evolução do lado real da economia e da desigualdade. Na segunda seção o foco da análise será o conflito distributivo. Mais especificamente, avaliaremos os desempenhos relativos do capital financeiro, capital produtivo e do trabalho. No final, faremos uma síntese das principais conclusões do trabalho. No anexo apresentamos um conjunto de tabelas com dados anuais, bem como algumas notas explicativas quanto às fontes de dados e à metodologia.

DESESTABILIZAÇÃO E DESEMPENHO MACROECONÔMICO

Após o golpe de Estado de 1964, a economia brasileira passou por um período de ajuste macroeconômico que durou até 1967. No ano seguinte, iniciou-se um longo ciclo de crescimento da renda que foi interrompido treze anos mais tarde (1981), em decorrência da crise da dívida externa. Nesses últimos 25 anos, pode-se afirmar que a economia brasileira tem percorrido uma trajetória de instabilidade e crise, com resultados medíocres. A Tabela A.1 no Anexo, mostra os indicadores anuais de desempenho macroeconômico.

O crescimento médio anual do PIB foi de 2,5% no período de 1980-2004, ou seja, um crescimento *per capita* de aproximadamente 1,0% (Tabela 1). No primeiro sub-período de alta inflação (1980-1994), a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 2,5% e no segundo sub-período de baixa inflação (1995-2004), a taxa correspondente foi de 2,4%, isto é, houve uma ligeira piora nas taxas de crescimento de longo prazo com a mudança de um regime de alta inflação para um de baixa inflação. De qualquer forma, o resultado é um só: desempenho medíocre do lado real da economia brasileira neste período de um quarto de século.

TABELA 1
BRASIL - INDICADORES MACROECONÔMICOS, MÉDIAS ANUAIS,
1980-1994, 1995-2004 E 1980-2004

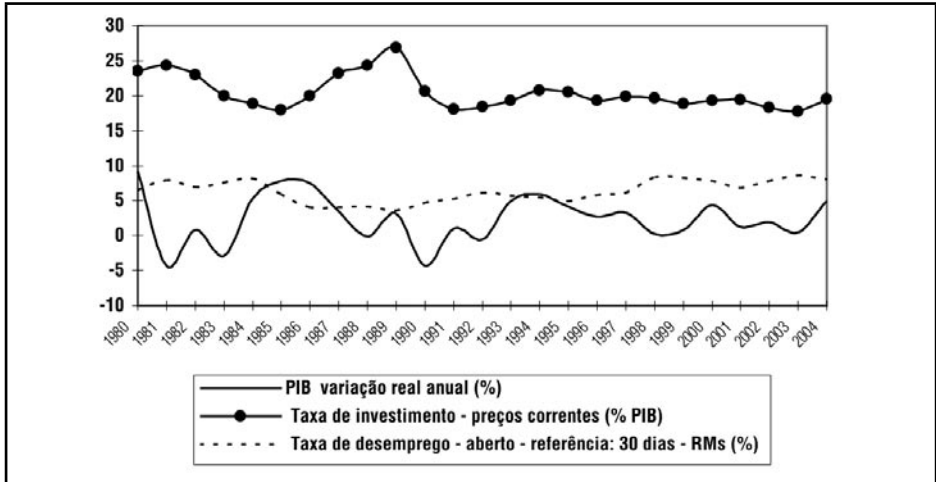
Indicadores	Média 1980-1994	Média 1995-2004	Média 1980-2004
PIB variação real anual (%)	2,5	2,4	2,5
Hiato de crescimento	-0,6	-1,3	-0,9
Taxa de investimento (% PIB)	21,3	19,3	20,5
Taxa de desemprego - aberto (%)	5,7	7,3	6,4
Inflação - deflator implícito PIB - var. anual (%)	768,1	16,3	467,4
BOP Transações correntes - saldo (US\$ milhões)	-3.384,2	-17.034,2	-8.844,2
Dívida interna - setor público - líquida (% PIB)	17,0	37,2	25,4
Dívida externa - setor público - líquida (% PIB)	23,0	8,4	16,9
Dívida - total - setor público - líquida (% PIB)	40,0	45,6	42,3
Juro real (%)	3,8	12,3	7,2
Carga tributária - total (% PIB)	26,4	31,1	29,4
Tarifa de importação (%)	20,9	12,8	18,1
Taxa de câmbio efetiva real (índice 2000=100)	115,8	99,6	109,3

Fontes e notas: ver Anexo.

O resultado medíocre de crescimento do PIB tem estado associado não somente à baixas taxas de investimento como também à tendência de queda dessa taxa a partir de 1995 (Gráfico 1). A taxa média de investimento caiu de 21,3% entre 1980-1994, para 19,3% no período entre 1995-2004. Como não poderia deixar de ocorrer, houve aumento da taxa média de desemprego, que subiu de 5,7% em 1980-1994 para 7,3% no intervalo de 1995-2004. Nos últimos dez anos, a tendência de queda da taxa de investimento é acompanhada pela tendência de aumento da taxa de desemprego.

GRÁFICO 1

TAXAS DE VARIAÇÃO DO PIB, INVESTIMENTO E DESEMPREGO 1980-2004 (%)

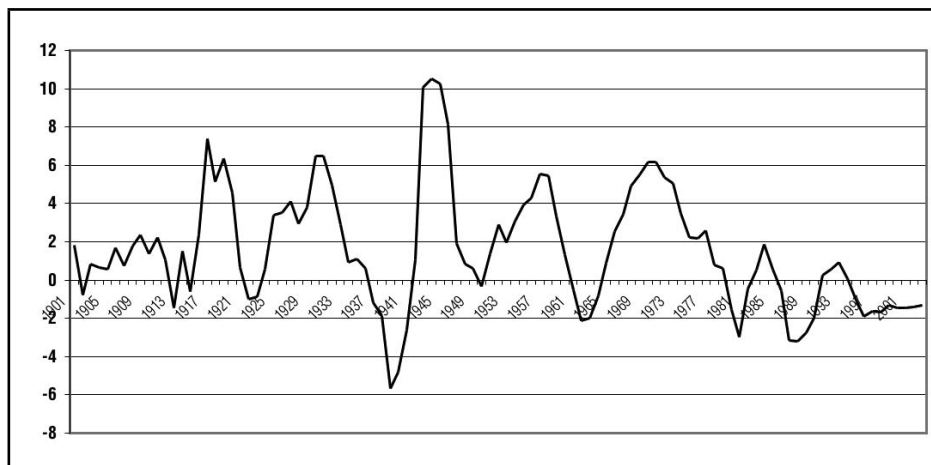


Nos dois períodos o Brasil experimentou um processo significativo de subdesenvolvimento com o aumento do hiato de crescimento, o qual expressa a diferença entre as taxas de crescimento econômico do Brasil e do conjunto da economia mundial. Tomando uma perspectiva histórica, o Brasil teve uma das mais elevadas taxas de crescimento do PIB (4,9%) de 1980 a 1990, que foi significativamente mais elevada do que a taxa correspondente para o conjunto da economia mundial (3,3%). Isso fez com que o Brasil se tornasse menos subdesenvolvido ao longo do século XX (até 1980).

No período de 1980-2004 o hiato de crescimento aumentou visto que a diferença média anual entre essas taxas foi negativa (-0,9%). Entretanto, esse aumento foi mais significativo, no período mais recente que compreende os anos 1995-2004 que foi de -1,3%, ao ano. Esse hiato aumentou nos ciclos de contração (1981-1983 e 1987-1992) e a partir de 1996 (Gráfico 2). Ou seja, em todos os anos do período 1996-2004 a taxa de crescimento econômico do Brasil foi inferior à média mundial. Colocando de outra forma, pode-se afirmar que o país *tem andado para trás* nos últimos anos. Esse hiato de crescimento deve se agravar ainda mais durante o Governo Lula (2003-2006), pois as previsões indicam que a economia brasileira deve crescer a uma taxa média anual da ordem de 3,0%, enquanto a economia mundial tem previsão de crescimento que gira em torno de 4,4% ao ano (Gonçalves, 2006)¹.

¹ Os dados para 2005-2006 são previsões de setembro de 2005 do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2005).

GRÁFICO 2
HIATO DE CRESCIMENTO DO BRASIL 1901-2006



Os dados acima mostram claramente que o lado real da economia brasileira tem tido um desempenho medíocre desde o início da década de 1980. Ademais, os resultados têm piorado a partir de 1995. Esse argumento é válido para a taxa de crescimento econômico, acumulação de capital, desemprego e hiato de crescimento. A economia brasileira, que foi uma das mais dinâmicas do mundo, entre 1900 e 1980, tem tido um péssimo desempenho a partir de 1995 (Gonçalves, 2003: 15-40). Com efeito, o Brasil tem se tornado mais subdesenvolvido nos últimos anos de liberalização, abertura e políticas macroeconômicas restritivas.

A principal explicação para tal desempenho da economia brasileira é a combinação da liberalização e da abertura (isto é, maior vulnerabilidade externa) com a natureza do processo de ajuste macroeconômico que permeia todo o período em análise, principalmente, os últimos dez anos de regime de baixa inflação. Na maior parte do período pós-1980, a política de estabilização macroeconômica teve um viés restritivo. A partir de 1995 a política monetária de juro real elevado foi fortemente restritiva. A taxa de juro real média subiu de 3,8% no período de 1980-1994 para 12,3% em 1995-2004. Assim, o regime de baixa inflação tem envolvido taxas de juros extraordinariamente elevadas. A política tributária tem sido igualmente restritiva visto a elevação da carga tributária de aproximadamente 25% em meados da década de 1990 para cerca de 35% dez anos depois.

As políticas comercial e cambial desempenharam um papel relevante na política de combate à inflação. Nos primeiros anos da década de 1990, iniciou-se um forte processo de liberalização comercial, com

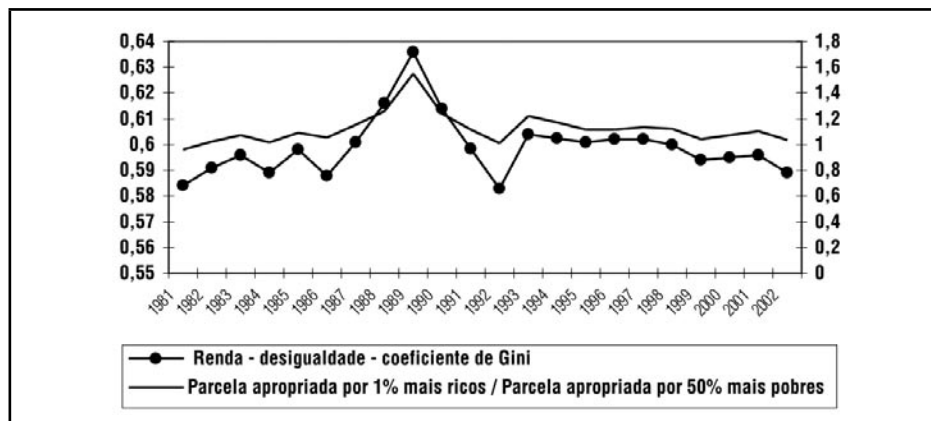
redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias. A tarifa média efetiva de importação apresentou redução de 20,9% em 1980-1994, para 12,8% no período entre os anos de 1995-2002. Ainda que tenha sofrido fortes oscilações, a taxa de câmbio também tem sido usada como instrumento de combate à inflação. Isso ocorreu, principalmente, com as quedas da taxa de câmbio efetiva real nos períodos de 1993-1995 e 2003-2005. Essas políticas, por um lado, contribuíram para combater a inflação, mas, por outro, afetaram negativamente o lado real da economia brasileira. A dessubstituição de importações (elevação do coeficiente de importações) e, mais especificamente, a desindustrialização resultaram diretamente dessas políticas (Cano, 1999: 271-278).

Outras duas características marcantes dessa longa trajetória de instabilidade e crise da economia brasileira são os desequilíbrios das contas externas e das finanças públicas. No período 1995-2002, o Brasil experimentou déficits elevados nas contas externas, que foram determinantes do processo de controle da inflação. Somente a partir de 2003, com o extraordinário ciclo de expansão do comércio mundial, inclusive, do mercado de *commodities*, é que o Brasil logra alcançar superávits nas suas contas externas. Esses superávits decorrem, também, do fraco desempenho da absorção interna, que provocou a reorientação da produção doméstica para o mercado externo.

A deterioração das finanças públicas é evidente a partir de 1995. A relação dívida interna/PIB aumentou de 17,0% em 1980-94, para 37,2% em 1995-2004. Por outro lado, houve melhora relativa na situação de endividamento externo do setor público, principalmente, a partir da renegociação de 1994. Entretanto, para o conjunto da dívida pública verificou-se um nítido processo de deterioração (relação dívida pública/PIB) entre 1995 e 2003. A política monetária restritiva de juros reais elevados foi o principal fator determinante do desequilíbrio das contas públicas a partir de 1995.

Apesar do relativo controle do processo inflacionário a partir de 1995, não houve melhora significativa no padrão de desigualdade existente no Brasil. Os dados na Tabela A.2 no anexo, mostram alguns indicadores anuais de desigualdade e pobreza. Como é sabido, o Brasil tem uma das mais elevadas concentrações de riqueza e renda do mundo. Nos últimos 25 anos as mudanças econômicas não causaram alterações significativas na tendência de longo prazo (manutenção) e distribuição pessoal da renda (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
DESIGUALDADE PESSOAL DA RENDA 1981-2002



Na Tabela 2 apresentam-se as médias anuais dos indicadores sobre desigualdade e pobreza no Brasil nos períodos 1980-1995 e 1995-2002. Os seguintes indicadores mostram estabilidade nesses dois períodos: parcela da renda apropriada por 1% mais ricos; parcela da renda apropriada por 50% mais pobres; coeficiente de Gini e número de pessoas abaixo da linha de pobreza. No entanto, há melhora quanto à proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza que se reduziu de 41,4% em 1980-1994, para 34,5% em 1995-2002. Os principais determinantes desse processo são: i) a mudança do regime de inflação (de alta para baixa); ii) a abertura da economia (oferta elástica de bens e serviços *tradeables*); iii) as políticas compensatórias e iv) a evolução do salário mínimo.

TABELA 2
POBREZA E DESIGUALDADE PESSOAL DA RENDA, INDICADORES MÉDIAS ANUAIS, BRASIL
1981-1994, 1995-2002 E 1981-2002

	Média 1981-1994	Média 1995-2002	Média 1981-2002
Renda - parcela apropriada por 1% mais ricos - (% renda total)	13,96	13,64	13,84
Renda - parcela apropriada por 50% mais pobres (% renda total)	12,33	12,47	12,38
Parcela apropriada por 1% mais ricos / Parcela apropriada por 50% mais pobres	1,14	1,09	1,12
Renda - desigualdade - coeficiente de Gini	0,60	0,60	0,60
Pobreza - proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza - (% população total)	41,39	34,48	38,88
Pobreza - número de pessoas abaixo da linha de pobreza	54,56	54,07	54,38

Fontes e notas: ver Anexo.

CONFLITO DISTRIBUTIVO E DOMINAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO

O desempenho medíocre da economia brasileira, a desestabilização macroeconômica e as políticas macroeconômicas têm estado associados à mudanças na configuração de dominação de setores, grupos e classes sociais. Nesta seção analisaremos o conflito distributivo no Brasil, mais precisamente, o antagonismo de classes expresso na evolução das rendas do capital produtivo, capital financeiro e do trabalho. O argumento central é que as mudanças estruturais, as políticas e o desempenho macroeconômico têm provocado o avanço e a consolidação do capital financeiro como setor dominante.

Inicialmente, faremos uma análise comparativa da rentabilidade do capital financeiro e do capital produtivo. Em seguida examinaremos as principais mudanças ocorridas no âmbito do capital produtivo. Mais especificamente, trata-se das mudanças na configuração organizacional e empresarial do núcleo duro do capitalismo no Brasil associadas aos processos de privatização e desnacionalização. Na parte final da seção, faremos uma comparação entre a evolução da renda do trabalhador e as rendas do capital produtivo e do capital financeiro. Os dados anuais dos indicadores analisados são apresentados na Tabela A.3 do anexo.

CAPITAL FINANCEIRO VERSUS CAPITAL PRODUTIVO

O primeiro aspecto relevante é a comparação entre a taxa de lucro do capital financeiro e a do capital produtivo. A taxa de lucro é calculada como a relação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido. Para o capital financeiro usa-se a taxa média de rentabilidade dos três maiores bancos privados nacionais (Bradesco, Itaú e Unibanco). Esse grupo constitui o núcleo duro da estrutura oligopolística que marca o sistema financeiro brasileiro. Atualmente, há dois grandes bancos públicos federais – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. No entanto, para o cálculo da rentabilidade é mais apropriado excluir esses dois bancos públicos pois, freqüentemente, eles são usados com objetivos políticos e, portanto, suas taxas de rentabilidade não convergem, necessariamente, com as do capital financeiro sob controle privado.

No que se refere ao capital produtivo, usa-se a taxa média de rentabilidade das 500 maiores empresas privadas. Esse é o núcleo duro do capitalismo brasileiro (fração capital produtivo), constituído de grandes empresas – privadas nacionais, filiais e subsidiárias de empresas transnacionais e empresas estatais. Como é visto mais adiante, esse núcleo duro sofreu significativas mudanças ao longo dos últimos anos.

A taxa de média de lucro na economia brasileira caiu no período 1995-2004 comparativamente ao período 1980-94 (Tabela 3). Naturalmente, é preciso cautela na análise dessa taxa em decorrência dos efeitos do regime de alta inflação sobre as contas dos balanços das empresas e dos bancos. No entanto, esse resultado é consistente com a piora do desempenho do lado real da economia brasileira apontado acima.

TABELA 3
DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA, INDICADORES, MÉDIAS ANUAIS, BRASIL
1980-1994, 1995-2004 E 1980-2004

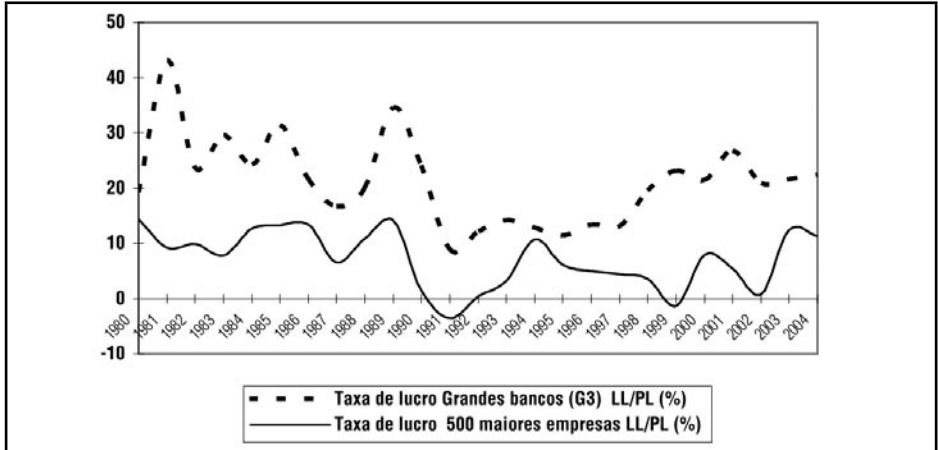
Indicadores	Média 1980-1994	Média 1995-2004	Média 1980-2004
Taxa de lucro capital financeiro (RKF) (%)	22,4	19,4	21,2
Taxa de lucro capital produtivo (RKP) (%)	8,2	5,6	7,2
Diferencial de taxas de lucro [(RKF-RKP)/RKF]	63,3	71,3	66,7
Transnacionais, Part. vendas das 500 maiores (%)	30,8	41,3	34,4
Nacionais privadas, Part. vendas das 500 maiores (%)	40,5	38,2	39,7
Estatais, Part. vendas das 500 maiores (%)	28,7	20,6	25,9
Variação % salário mínimo real	-3,0	4,3	-0,1
Variação % Rendimento médio real do trabalho principal	-0,1	-0,7	-0,4
Relação Juro/salário (%)	7,2	14,2	10,0
Part. Salários na renda (%)	49,5	47,8	48,9

Fontes e notas: ver Anexo.

Vale destacar que nos últimos anos (pós-1995), as quedas das taxas de crescimento econômico e de investimento estiveram associadas às quedas das taxas de lucro tanto do capital produtivo quanto do capital financeiro. No entanto, o capital financeiro teve taxas de lucro positivas em todos os anos do período 1980-2004, enquanto o capital produtivo teve taxas negativas de lucro em dois anos (1991 e 1999) (Gráfico 4).

GRÁFICO 4

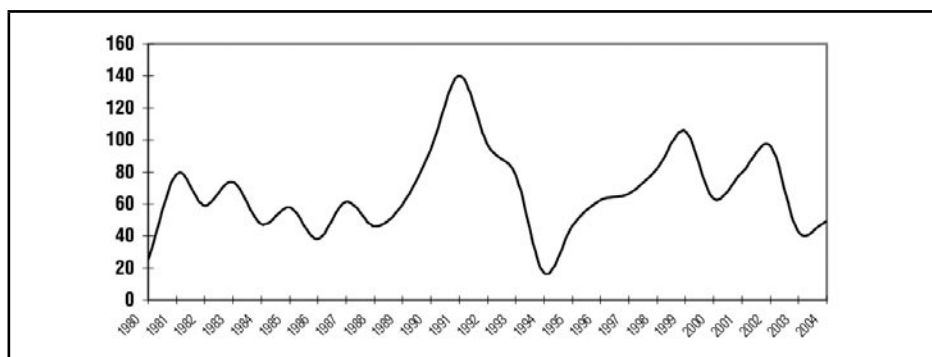
TAXA DE LUCRO - CAPITAL FINANCEIRO E PRODUTIVO 1980-2004



Ademais, a queda da taxa de lucro do capital produtivo foi maior do que a do capital financeiro. A taxa média de lucro do capital financeiro caiu de 22,4% em 1980-1994, para 19,4% em 1995-2004, enquanto a taxa média de lucro do capital produtivo reduziu-se de 8,2% para 5,6% nesses mesmos períodos.

Nesse ponto, o relevante é a evolução do diferencial relativo de lucro (diferença entre taxa de lucro do capital financeiro e do capital produtivo como proporção da taxa de lucro do capital financeiro). O fato é que esse diferencial relativo aumentou de 63,3% no período entre 1980-1994, para 71,3% em 1995-2004. Deve-se notar, ainda, que em todos os anos do período 1980-2004 esse diferencial foi positivo (Gráfico 5). Ou seja, nos 25 anos desse período, a taxa de lucro média do capital financeiro foi superior à do capital produtivo. Na média, a taxa de lucro do capital financeiro foi cerca de três vezes maior do que a taxa de lucro do capital produtivo.

GRÁFICO 5
 DIFERENCIAL RELATIVO DE TAXAS DE LUCRO
 CAPITAL FINANCEIRO / CAPITAL PRODUTIVO 1980-2004

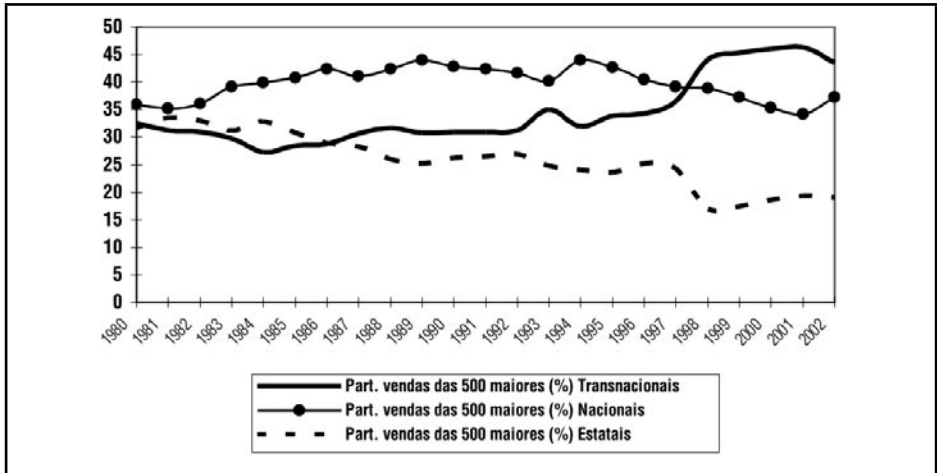


CAPITAL PRODUTIVO: PRIVATIZAÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO

O núcleo duro do capital produtivo no Brasil sofreu importantes transformações nos últimos anos. Fundamentalmente, verificam-se dois processos. O primeiro, é o avanço da desnacionalização a partir de meados da década de 1990 (Gráfico 6). A participação das transnacionais no total das vendas das 500 maiores empresas (capital produtivo) aumentou de cerca de 31% em 1992, para 45,3% dez anos depois. Nesse mesmo período, a participação relativa das empresas privadas nacionais reduziu de 42,4%, para 37,3%, enquanto a queda das estatais foi ainda maior (de 26,6% em 1992, para 19,1% em 2002). A crescente participação das filiais e subsidiárias de empresas transnacionais teve, então, como contrapartida a queda da participação relativa tanto das empresas privadas nacionais quanto das estatais. O capital estrangeiro tornou-se, então, o setor dominante no núcleo duro do capital produtivo no Brasil e passou a controlar quase metade da produção nesse núcleo.

GRÁFICO 6

NÚCLEO DURO DO CAPITALISMO BRASILEIRO, PARTICIPAÇÃO RELATIVA
TRANSNACIONAIS, PRIVADAS NACIONAIS E ESTATAIS 1980-2002



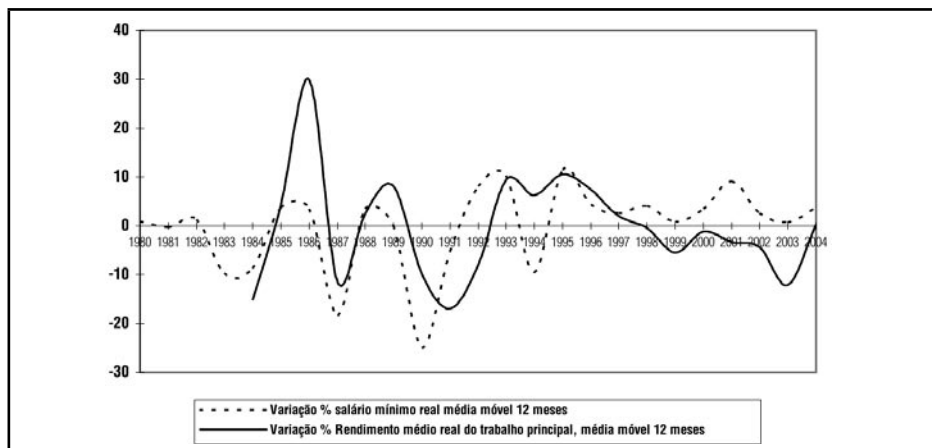
O segundo processo de reconfiguração organizacional e empresarial do núcleo duro do capital produtivo no Brasil foi a privatização das empresas estatais. A participação média das estatais nas vendas totais das 500 maiores empresas caiu de 28,7% em 1980-1994, para 20,6% no período de 1995-2002.

Nesse ponto, cabe destacar a relação entre os processos de desnacionalização e privatização. O saldo colossal de desnacionalização a partir em 1998 resulta, de fato, do processo de privatização de serviços de utilidade pública –com destaque para o setor das telecomunicações– no qual o capital estrangeiro teve presença marcante (Gonçalves, 2005: 195-197).

CAPITAL VERSUS TRABALHO

Passemos agora à análise da relação entre capital e trabalho. A primeira evidência apresentada na Tabela 3 é a taxa negativa de variação média do salário real, que foi de -0,4% em todo o período 1980-2004. Houve piora no processo de queda do salário real a partir de 1998 (pelo menos até 2003) (Gráfico 7).

GRÁFICO 7
SALÁRIO REAL, VARIAÇÃO % ANUAL 1980-2004



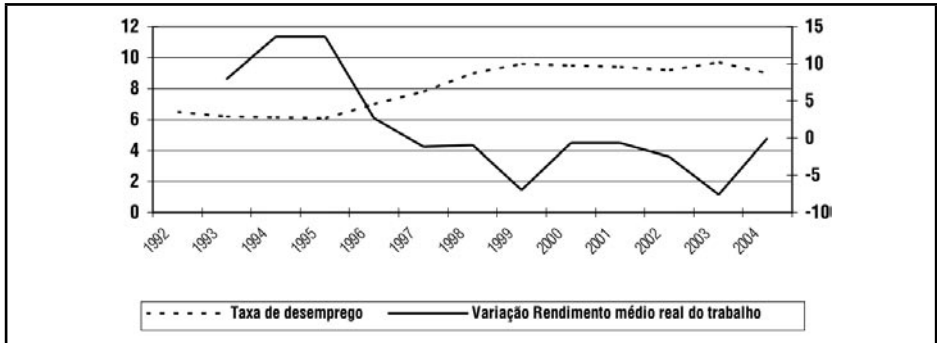
Quando se considera o salário mínimo, constata-se, por um lado, a mesma tendência de longo prazo, ou seja, a queda do salário mínimo real a partir de 1980. Por outro, a partir de meados da década de 1990 verifica-se um aumento do salário mínimo real, com taxas positivas de variação real desde 1995.

Entretanto, a situação do trabalhador torna-se cada vez pior a partir de 1995 e, principalmente, a partir de 1998. Isso acontece em virtude da ocorrência simultânea de dois processos: 1) a queda do salário médio real e 2) a elevação da taxa de desemprego (Gráfico 8)². No período 1998-2003 a variação do salário real é negativa em todos os anos e, ademais, a taxa de desemprego sobe de 5% em 1995, para 8% em 2004. Esses processos estão diretamente associados ao desempenho medíocre da economia brasileira. Vale destacar que a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 2,0% no período 1998-2004.

² Fenômeno similar ocorreu na Argentina de meados dos anos setenta até o final dos anos noventa (Basualdo, 2001: 76-77).

GRÁFICO 8

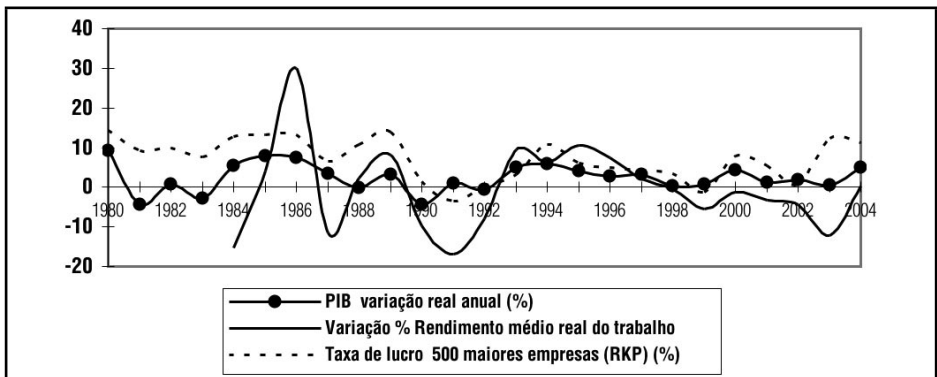
TAXA DE DESEMPREGO E VARIAÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO
1992-2004 (PNAD)



Há uma correlação positiva (0,396) entre a taxa de lucro do capital produtivo e a variação do salário real (Gráfico 9). De fato, os desempenhos da renda do trabalho e da renda do capital produtivo estão direta e positivamente relacionados com a evolução da demanda agregada. No período 1980-2004, o coeficiente de correlação entre a variação real do PIB brasileiro e a taxa de lucro do capital produtivo é de 0,579 e a correlação com a variação do salário real é de 0,542. Por outro lado, o coeficiente de correlação entre a variação real do PIB brasileiro e a taxa de lucro do capital financeiro é negativo (-0,281).

GRÁFICO 9

TAXA DE LUCRO DO CAPITAL PRODUTIVO, VARIAÇÃO REAL DO SALÁRIO E DO PIB
1980-2004



Em 1995 verifica-se uma divergência na evolução da renda do capital produtivo e da renda do trabalho. No período 1995-2004 a taxa de lucro

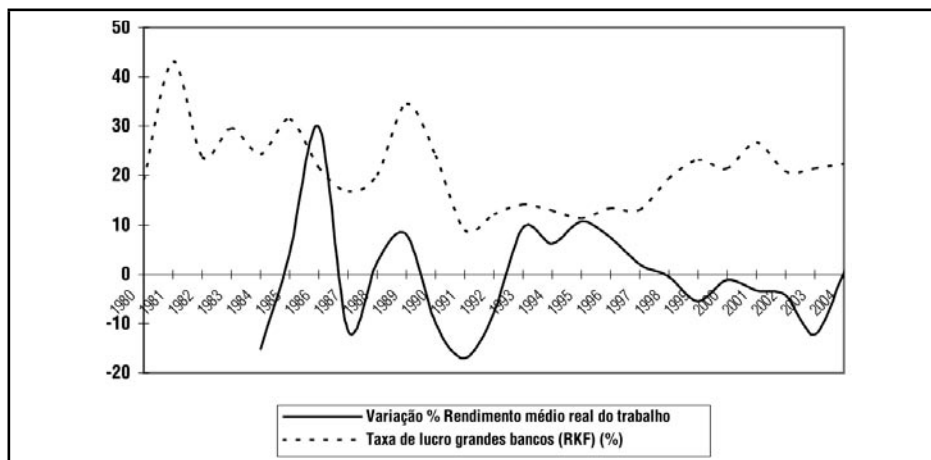
do capital produtivo foi negativa somente em 1999 quando houve forte crise cambial, enquanto a variação do salário real foi negativa em todos os anos do período 1998-2003. No contexto de aumento da taxa de desemprego é de se esperar uma piora na distribuição da renda em favor do capital produtivo e em detrimento do trabalho.

Conforme observado acima, o capital produtivo tem tido desempenho bastante inferior ao do capital financeiro no Brasil desde 1980. Portanto, o fraco desempenho da renda do trabalho frente à renda do capital produtivo reproduz-se de forma mais evidente quando o salário é comparado com a taxa de lucro do capital financeiro.

De fato, há divergência nas tendências da renda do capital financeiro e da renda do trabalho (Gráfico 10). A partir de 1995 verifica-se uma forte tendência de aumento da taxa de lucro do capital financeiro e uma igualmente forte tendência de queda do salário real. Vale notar que a correlação entre a variação do salário real e a taxa de lucro do capital financeiro é praticamente nula (0,051) no período 1984-2004. Nesse período a taxa de lucro do capital financeiro foi positiva em todos os anos, enquanto a variação do salário real foi negativa em 9 anos, quase metade do intervalo em questão.

GRÁFICO 10

TAXA DE LUCRO DO CAPITAL FINANCEIRO E VARIAÇÃO DO SALÁRIO REAL 1980-2004



A situação se agrava a partir de 1998. Conforme visto, o salário médio real tem variação negativa em todos os anos do período 1998-2003. Em contraste, a taxa média de lucro do capital financeiro, além de positiva em todos os anos, mostra forte tendência de aumento: de aproximadamente 13% em 1994-1997, para 22% em 2003-2004. Nesses dois anos (2003-2004) a queda média anual do salário real foi de 6,0%. Devemos ressaltar que nesse último

período o governo federal estava sob o comando do Partido dos Trabalhadores, cujas diretrizes e políticas têm sido uma continuidade das do governo anterior (Oliveira, 2003). Ou seja, vale notar que, talvez o maior hiato entre o desempenho da renda do capital financeiro e da renda do trabalhador na história econômica moderna do Brasil –em detrimento dos trabalhadores– ocorra exatamente durante o governo do Partido dos Trabalhadores!

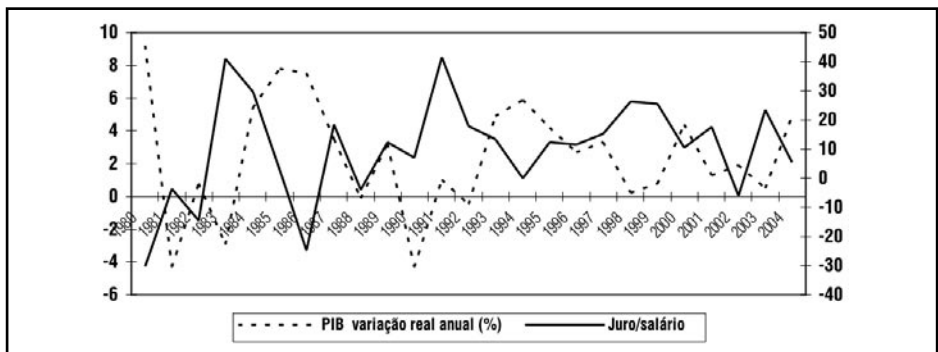
Como indicador relevante da distribuição da renda entre capital financeiro e trabalho temos a relação entre a taxa de juro e o salário. Essa relação expressa a taxa de juro real tendo a variação do salário nominal como deflator³. Ela é, na realidade, um preço relativo de enorme importância na economia. A relação juro/salário tem efeito determinante sobre questões importantes como, escolha das técnicas de produção, emprego, investimento, crescimento, pobreza, inflação, distribuição da riqueza e distribuição funcional da renda.

Há uma forte relação entre a situação política e a evolução da relação juro/salário. Isso não é surpresa, pois ela reflete os preços de duas *mercadorias estratégicas*, a saber: o capital e o trabalho. O fato é que os conflitos entre grupos e classes sociais interferem na determinação da relação juro/salário.

No período 1980-2004 a relação juro/salário foi negativa em poucos momentos: 1981-1983 (período da transição do regime militar para o democrático), 1986 (Plano Cruzado), 1988 (aprovação de nova Constituição) e 2002 (final do Governo FHC) (Gráfico 11). Em todos os outros anos ela foi positiva. A média da relação juro/salário aumentou de 7,2% em 1980-1994, para 14,2 em 1995-2004, ou seja, ela praticamente dobrou.

GRÁFICO 11

RELAÇÃO JURO/SALÁRIO E VARIAÇÃO REAL DO PIB 1980-2004 (%)



3 A relação juro/salário é calculada como $RJS = (1+i)/(1+w)$; sendo i a taxa de juro nominal e w a variação percentual do salário nominal.

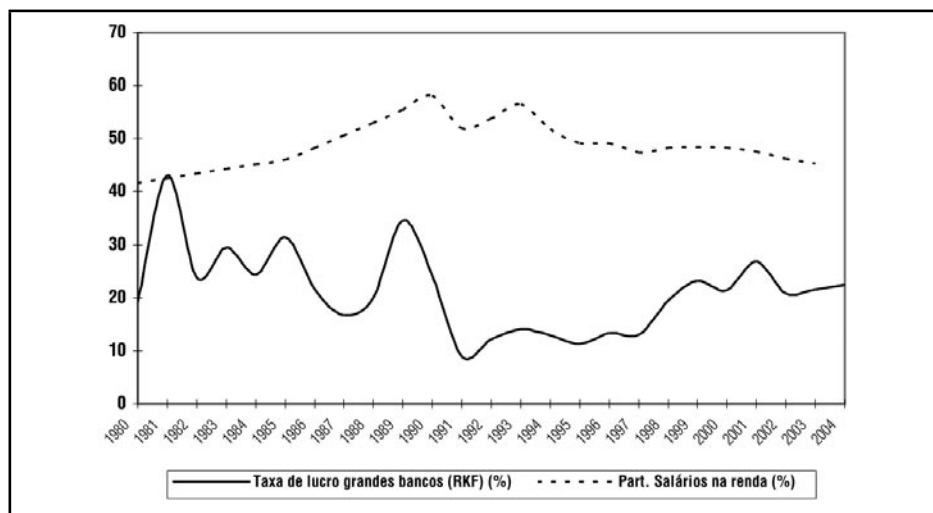
A relação juro/salário expressa o grau de restrição da política monetária comparativamente à política salarial. A elevação dessa relação restringe a expansão da demanda agregada, particularmente o consumo. Não é por outra razão que no caso do Brasil há uma correlação negativa (-0,389) entre a relação juro/salário e a variação real do PIB no período 1980-2004.

A partir de 1995 houve aumento da relação juro/salário e da taxa de lucro do capital financeiro. Por outro lado, nesse mesmo período ocorreu elevação da taxa de desemprego e queda do salário real. Essas tendências apontam para uma piora na distribuição da renda em favor do capital e em detrimento do trabalho. Isso é exatamente o que ocorreu no Brasil (Gráfico 12).

A taxa de lucro do capital financeiro praticamente dobrou entre 1994 (14,1%) e 2004 (22,4%), enquanto a participação do salário na renda caiu de 56,5% em 1993, para 45,3% dez anos depois. A evidência é conclusiva: há uma correlação negativa (-0,339) entre a taxa de lucro do capital financeiro e a participação do salário na renda no período 1980-2004.

GRÁFICO 12

TAXA DE LUCRO DO CAPITAL FINANCEIRO E PARTICIPAÇÃO DO SALÁRIO NA RENDA
1980-2004



CORRELAÇÕES

Conforme já foi observado, no período 1980-2004, há correlações negativas entre as seguintes variáveis: taxa de juro real (medida pela relação juro/salário) e variação real do PIB; taxa de lucro do capital financeiro

e variação real do PIB e taxa de lucro do capital financeiro e a participação do salário na renda. No mesmo período, verificam-se correlações positivas entre: taxa de lucro do capital produtivo e variação real do PIB e variação do salário real e variação real do PIB. A correlação entre a variação do salário real e a taxa de lucro do capital financeiro é nula.

No período 1995-2004, cabe mencionar a correlação fortemente negativa entre a taxa de lucro do capital financeiro e a variação do salário real e a correlação altamente positiva entre a taxa de lucro do capital financeiro e a taxa de desemprego (Tabela 4). Outrossim, vale destacar a manutenção das seguintes correlações: negativa entre a relação juro/salário e a variação real do PIB; negativa entre a relação juro/salário e a variação do salário real e positiva entre a relação juro/salário e a taxa de desemprego.

Quando se compara o sub-período 1995-2004 com o sub-período 1980-94, constata-se a elevação nas seguintes correlações negativas: taxa de lucro do capital financeiro e variação real do PIB; taxa de lucro do capital financeiro e participação do salário na renda e relação juro/salário e variação real do PIB.

TABELA 4
COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO, PRINCIPAIS VARIÁVEIS 1980-1994 E 1995-2004

	Taxa de lucro capital financeiro (RKF) (%)	Taxa de lucro capital financeiro (RKF) (%)	Relação Juro/salário (%)	Relação Juro/salário (%)
	1980-1994	1995-2004	1980-1994	1995-2004
Taxa de lucro capital financeiro (RKF) (%)	1,000	1,000	-0,140	0,116
PIB variação real anual (%)	-0,277	-0,375	-0,375	-0,573
Taxa de lucro capital produtivo (RKP) (%)	0,508	0,045	-0,560	-0,010
Salário na renda, part. (%)	-0,406	-0,427	0,274	0,115
Rendimento médio real do trabalho, RMS, var. (%)	0,260	-0,756	-0,852	-0,243
Rendimento médio real do trabalho (PNAD), var. (%)	-	-0,644	-	-0,278
Taxa de desemprego aberto (RMs) (%)	0,289	0,740	0,163	0,195
Taxa de desemprego (PNAD)	-	0,902	-	0,168
Relação Juro/salário (%)	-0,140	0,116	1,000	1,000

Fontes e notas: ver Anexo.

Esses coeficientes de correlação convergem para as avaliações acima. Nelas identificamos uma clara relação de causalidade que tem na ori-

gem as políticas macroeconômicas restritivas e, em particular, a política monetária. Ou seja, a política de juros reais elevados é determinante do desempenho negativo do crescimento econômico, acumulação de capital, geração de emprego e distribuição da renda. De fato, juros altos expressam o avanço e a consolidação do capital financeiro no Brasil, principalmente, a partir de 1995.

CONCLUSÃO

A economia brasileira tem tido desempenho medíocre, com a exceção do processo de combate à inflação a partir de 1995. A desestabilização macroeconômica tem sido marcada, então, pela deterioração do lado real e pela fragilidade das contas externas e das finanças públicas. Essa desestabilização é acompanhada pela manutenção de elevada desigualdade na distribuição pessoal da renda.

Mais recentemente, o ciclo extraordinário de expansão da economia mundial em 2003-2004 gerou um afrouxamento da restrição de balanço de pagamentos do país e, portanto, uma melhora da situação externa. Entretanto, essa melhora conjuntural não garante redução significativa da vulnerabilidade externa estrutural do país na medida em que avança o processo de liberalização e abertura no contexto de crescente fragilidade do lado real da economia brasileira.

Quando passamos para a análise da questão do antagonismo de setores, grupos e classes sociais, verificamos que houve um expressivo avanço do capital financeiro como setor dominante. Esse movimento parece se consolidar nos últimos anos durante os Governos FHC e Lula.

A análise das taxas de lucro do capital financeiro e do capital produtivo mostra claramente o desempenho superior do primeiro. A taxa de lucro médio dos grandes bancos privados brasileiros tem sido cerca de três vezes maior do que a taxa média de lucro do capital produtivo. Tendo esta diferença aumentado nos últimos dez anos.

A partir de meados da década de 1990, o capital produtivo experimenta duas importantes transformações que têm sérias implicações para o capitalismo brasileiro. A privatização representa uma perda do grau de liberdade do Estado para implementar políticas e promover o desenvolvimento e a desnacionalização aumenta o já elevado grau de vulnerabilidade externa do Brasil na esfera produtiva-real. Estas duas transformações estruturais estão relacionadas na medida em que boa parte do processo de privatização envolveu a compra de empresas estatais de serviços de utilidade pública por empresas estrangeiras.

Ao confrontarmos a evolução da renda do trabalho com a do capital, verificamos que o primeiro perde em relação ao capital produtivo e, principalmente, ao capital financeiro. A variação do salário real foi negativa em todos os anos do período 1998-2003, no qual houve clara

tendência de aumento da taxa de desemprego. A partir de 1998 a renda do capital produtivo e a renda do trabalho mostram tendências divergentes, pois em todos os anos (com a exceção da crise cambial de 1999), a taxa de lucro do capital produtivo foi positiva.

A divergência é ainda maior quando a renda do trabalho é confrontada com a do capital financeiro. Esse último tem experimentado uma forte tendência de aumento da sua taxa de lucro desde o início da década de 1990 e, principalmente, a partir de 1998. É exatamente neste ano que inicia a tendência de queda do salário real e a taxa de desemprego atinge um dos níveis mais altos das últimas décadas. Essa taxa elevada de desemprego permanecerá em níveis altos nos anos seguintes.

A relação juro/salário não somente aumenta a partir de 1995 como apresenta uma média comparativamente superior ao do período 1980-1994. Esse aumento da taxa de juro real tem uma implicação imediata: a queda da participação relativa do salário na renda.

O aumento da taxa de juro real e do diferencial entre as taxas de lucro do capital financeiro e do capital produtivo, a queda do salário médio real, a elevação da taxa de desemprego e a queda da participação relativa do salário na renda apontam para uma única direção: maior concentração da riqueza e da renda. Esse movimento é no sentido de transferência de renda do capital produtivo para o capital financeiro, do trabalho para o capital produtivo e, principalmente, do trabalho para o capital financeiro. Dessa forma, há o avanço e a consolidação da dominação do capital financeiro no capitalismo brasileiro a partir de 1995.

A evidência apresentada nesse trabalho indica a relação de causalidade entre a política macroeconômica e o desempenho medíocre da economia brasileira. O ponto de destaque é que a política de juros reais elevados tem afetado negativamente o crescimento econômico, a acumulação de capital, a geração de emprego e distribuição da renda. Essa relação é particularmente evidente a partir de 1995.

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva e a frente política comandada pelo Partido dos Trabalhadores não parecem ter alterado essas tendências. A partir de 2003, além do aumento expressivo do hiato de crescimento do Brasil, a evidência indica que na história moderna do país há maior divergência –em detrimento dos trabalhadores– entre a taxa de lucro do capital financeiro e o salário do trabalhador parece ocorrer exatamente durante o Governo Lula. Para ilustrar, no Governo FHC (1995-2002) a taxa média de lucro do capital financeiro foi de 18,7%, enquanto a variação média anual do salário real foi 0,7% nas regiões metropolitanas e 0,5% no conjunto do país. Nos dois primeiros anos do Governo Lula (2003-2004), a taxa média de lucro do setor financeiro foi de 22,1%, enquanto a variação média anual do salário real foi negativa nas regiões metropolitanas (-6,0%) e no conjunto do país (-3,8%). Ou seja, no Brasil a dominação do capital financeiro parece

ter aumentado durante o governo do Partido dos Trabalhadores! Esse fenômeno expressa, por um lado, o transformismo (melhor dizendo, a degradação e putrefação) do Partido dos Trabalhadores e, por outro, a crescente dominação do capital financeiro.

BIBLIOGRAFIA

- Basualdo, Eduardo 2001 *Sistema Político y Modelo de Acumulación en la Argentina* (Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes).
- Cano, Wilson 1999 *Soberania e Política Econômica na América Latina* (São Paulo: Editora da UNESP).
- Filgueiras, Luiz 2003 *História do Plano Real. Fundamentos, Impactos e Contradições* (São Paulo: Boitempo).
- Gonçalves, Reinaldo 2003 *A Herança e a Ruptura* (Rio de Janeiro: Garamond).
- Gonçalves, Reinaldo 2005 *Economia Política Internacional. Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil* (Rio de Janeiro: Elsevier).
- Gonçalves, Reinaldo 2006 (a publicar) “Lula: desenvolvimento do subdesenvolvimento” em *Jornal dos Economistas* (Rio de Janeiro: Corecon-RJ).
- IMF 2005 *World Economic Outlook* (Washington: International Monetary Fund).
- Oliveira, Francisco 2003 *O Ornitorrinco* (São Paulo: Boitempo).

ANEXO TABELAS

TABELA A.1
DESEMPENHO MACROECONÔMICO DO BRASIL 1980-2004

Ano	PIB variação real anual (%)	Hiato de crescimento (var. PIB Brasil - var. PIB mundo) %	Taxa de investimento (% PIB)	Taxa de desemprego aberto (%)	Inflação - deflator implícito PIB - var. anual (%)	BOP Transações correntes - saldo (US\$ milhões)	Dívida interna - setor público - líquida (% PIB)	Dívida externa - setor público - líquida (% PIB)	Dívida - total - setor público - líquida (% PIB)	Juro real (%)	Carga tributária - total (% PIB)	Tarifa de importação (%)	Taxa de câmbio efetiva real (2000=100)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)
1980	9,2	6,6	23,6	6,5	92,1	-12.739,2	-	-	-	-30,4	-	24,7	147,6
1981	-4,3	-6,3	24,3	7,9	100,5	-11.705,9	8,8	14,9	23,7	-3,0	-	23,1	122,3
1982	0,8	-0,3	23,0	6,9	101,0	-16.273,2	11,6	18,0	29,6	9,8	-	22,4	113,5
1983	-2,9	-5,7	19,9	7,6	131,5	-6.773,0	16,6	32,9	49,5	-3,6	-	21,8	133,4
1984	5,4	0,6	18,9	8,1	201,7	94,9	20,2	33,2	53,4	9,8	-	22,1	126,1
1985	7,8	3,9	18,0	5,9	248,5	-248,3	19,5	30,6	50,1	12,4	-	20,0	126,7
1986	7,5	3,7	20,0	4,0	149,2	-5.323,3	16,2	28,7	44,9	0,9	-	30,8	127,2
1987	3,5	-0,5	23,2	4,1	206,2	-1.437,9	17,3	30,0	47,3	-12,2	-	27,4	129,3
1988	-0,1	-4,6	24,3	4,2	628,0	4.179,8	19,7	25,8	45,5	1,8	-	26,4	116,9
1989	3,2	-0,6	26,9	3,6	1.304,4	1.031,9	20,3	18,6	38,9	33,2	-	22,5	95,8
1990	-4,3	-6,9	20,7	4,7	2.737,0	-3.783,7	17,6	24,8	42,3	-20,5	29,6	18,6	82,3
1991	1,0	-0,6	18,1	5,2	416,7	-1.407,5	14,1	24,5	38,6	9,8	24,4	15,6	104,1
1992	-0,5	-2,7	18,4	6,1	969,0	6.108,8	17,4	17,7	35,1	31,1	25,0	13,9	116,9
1993	4,9	2,4	19,3	5,7	1.996,2	-675,9	17,5	13,6	31,2	12,5	25,3	11,6	104,8
1994	5,9	2,0	20,8	5,4	2.240,2	-1.811,2	21,6	8,8	30,4	5,0	27,9	12,7	90,7
1995	4,2	0,6	20,5	5,0	77,6	-18.383,7	25,2	5,6	30,8	33,4	28,4	14,9	85,1
1996	2,7	-1,3	19,3	5,8	17,4	-23.502,1	29,3	3,9	33,2	16,5	28,6	13,6	89,2
1997	3,3	-0,9	19,9	6,1	8,3	-30.452,3	30,0	4,3	34,3	16,1	28,6	13,8	87,5
1998	0,2	-2,5	19,7	8,3	4,9	-33.415,9	35,6	6,2	41,7	26,6	29,3	16,7	89,3
1999	0,8	-2,8	18,9	8,3	5,7	-25.334,8	39,0	10,4	49,4	4,7	31,1	10,7	117,9
2000	4,4	-0,3	19,3	7,8	8,4	-24.224,5	39,7	9,8	49,4	7,0	31,6	12,7	100,1
2001	1,3	-1,1	19,5	6,8	7,4	-23.214,5	42,2	10,4	52,6	6,3	33,4	10,8	113,0
2002	1,9	-1,1	18,3	7,9	10,2	-7.636,6	41,2	14,3	55,5	-5,7	34,9	9,4	112,2
2003	0,5	-3,4	17,8	8,6	15,0	4.177,3	45,5	11,7	57,2	14,6	34,0	-	103,0
2004	4,9	-0,2	19,6	8,0	8,2	11.645,0	44,2	7,5	51,7	3,7	-	-	98,5

Fontes e notas: ver Anexo.

- (1) PIB Variação real anual: Fonte IBGE – Diretoria de Pesquisas – Departamento de Contas Nacionais, Sistema de Contas Nacionais, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.
- (2) Hiato de crescimento: Diferença entre a variação real do PIB do Brasil e a variação do PIB mundial. Fonte para o PIB mundial: Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook*, diversos números. Disponível em: <http://www.imf.org>.
- (3) Taxa de investimento: Relação entre formação bruta de capital fixo e Produto Interno Bruto a preços correntes. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Para 1980-1989: Sistema de Contas Nacionais Consolidadas. Para 1990-2004 – Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN Anual). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.
- (4) Taxa de desemprego: Taxa (%) de desemprego aberto nas Regiões Metropolitanas (referência: 30 dias). Regiões metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A taxa refere-se a pessoas com 15 anos ou mais de idade. A taxa apresentada é a média anual das taxas mensais. A série foi interrompida em dezembro de 2002. A partir desse mês as taxas foram calculadas com nova metodologia – Percentual de pessoas, de 10 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência com procura de trabalho no período de referência de 30 dias, em relação ao total de pessoas em idade ativa na semana de referência, por Regiões Metropolitanas. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1980-2002 – Pesquisa Mensal de Emprego – antiga metodologia (IBGE/PME antiga); 2003-2004, Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE/PME). Os dados de 2002-2004 foram encadeadas à série antiga, ou seja, as taxas desses anos foram multiplicadas por 1,2250. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.
- (5) Inflação: deflator implícito do Produto Interno Bruto (PIB) – variação anual. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN Anual). Para 1980-1990 – Sistema de Contas Nacionais Consolidadas. O valor para 1990 difere daquele divulgado pelo Antigo Sistema de Contas Nacionais por ter sido encadeado com o valor publicado pelo Novo Sistema de Contas Nacionais. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.
- (6) Transações correntes: saldo em US\$(milhões). Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (BCB Boletim/BP), Quadro: Balanço de pagamentos. Calculado com base na Metodologia do Manual do Balanço de Pagamentos do FMI (5ª ed., 1993). Também denominada conta corrente. Foi redefinida com a exclusão de transações que passaram a integrar as novas contas capital e financeira. As operações com derivativos e de ganhos de capital dos investimentos passaram para a conta financeira; e as transferências unilaterais relativas a patrimônio, para a conta capital. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.
- (7) Dívida interna setor público líquida (% do PIB): Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Finanças Públicas (BCB Boletim/Finanças Públicas). Compreende governo federal e Banco Central, governos estaduais, governos municipais e empresas estatais (federais, estaduais e municipais). Dados de 1990 referem-se a janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>.
- (8) Dívida externa setor público líquida (% do PIB): Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Finanças Públicas (BCB Boletim/Finanças Públicas). Compreende governo federal e Banco Central, governos estaduais, governos municipais e empresas estatais (federais, estaduais e municipais). Dados de 1990 referem-se a janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>.
- (9) Dívida total setor público líquida (% do PIB): Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Finanças Públicas (BCB Boletim/Finanças Públicas). Compreende governo federal e Banco Central, governos estaduais, governos municipais e empresas estatais (federais, estaduais e municipais). Dados de 1990 referem-se a janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>.
- (10) Juro real (%): Taxa de juro básica (Selic), média mensal deflacionada pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). A taxa Selic é a média dos juros que o Governo paga aos bancos que lhe emprestaram dinheiro. A taxa anual é a média geométrica mensal de cada ano. Fonte: Taxa de juros: Overnight / Selic; Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Mercado financeiro e de capitais (BCB Boletim/Mercado Financeiro). O IGP-DI compreende o período entre o primeiro e o último dia do mês de referência. É uma média ponderada de três outros índices: Índice de Preços por Atacado (IPA), Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FGV) e Índice Nacional de Preços da Construção Civil (INCC). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

(11) Carga tributária total: Receita tributária como proporção do Produto Interno Bruto (PIB). Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN Anual). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

(12) Tarifa de importação (%): Alíquota média das importações brasileiras. Fontes: Para 1955-1995: Alexandre Samy de Castro e Marco Antonio F. de H. Cavalcanti. "Estimação de equações de exportações e importações para o Brasil – 1955/95". Rio de Janeiro: IPEA / Dimac, março 1997. (Texto para discussão, 469). A partir de 1996: Secretaria da Receita Federal. Relatório e estatísticas de comércio exterior. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

(13) Taxa de câmbio efetiva real índice (média 2000 = 100): Média geométrica dos índices mensais. Refere-se à taxa de câmbio – efetiva real – IPA-OG – exportações. É calculada com o Índice de Preços por Atacado – Oferta Global (IPA-OG) do Brasil e os Índices de Preços por Atacado (IPAs) dos 16 mais importantes parceiros comerciais do Brasil. Tem como referência a série nominal de taxa de câmbio (R\$ / US\$), ponderada pela participação de cada parceiro na pauta do total das exportações brasileiras em 2001. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

TABELA A.2

POBREZA E DESIGUALDADE PESSOAL DA RENDA NO BRASIL 1981-2002

Período	Parcela apropriada por 1% mais ricos - (% renda total)	Parcela apropriada por 50% mais pobres - (% renda total)	Parcela apropriada por 1% mais ricos / Parcela apropriada por 50% mais pobres	Renda - desigualdade - coeficiente de Gini	Pobreza - proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza - (% população total)	Pobreza - número de pessoas abaixo da linha de pobreza
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
1981	12,67	13,14	0,96	0,58	40,84	47,92
1982	13,02	12,70	1,03	0,59	41,01	49,37
1983	13,47	12,51	1,08	0,60	48,79	59,99
1984	13,19	12,99	1,02	0,59	48,39	59,90
1985	13,61	12,46	1,09	0,60	42,07	54,92
1986	13,77	13,02	1,06	0,59	26,45	34,00
1987	14,11	12,22	1,15	0,60	38,77	50,65
1988	14,41	11,46	1,26	0,62	43,64	57,96
1989	16,48	10,62	1,55	0,64	41,41	56,07
1990	14,20	11,45	1,24	0,61	41,99	58,21
1991	13,71	12,25	1,12	0,60	42,08	58,61
1992	13,23	13,11	1,01	0,58	42,17	59,02
1993	15,09	12,31	1,23	0,60	43,04	61,03
1994	14,44	12,33	1,17	0,60	38,86	56,22
1995	13,81	12,35	1,12	0,60	35,08	51,78
1996	13,53	12,09	1,12	0,60	34,72	51,79
1997	13,78	12,12	1,14	0,60	35,18	53,45
1998	13,86	12,34	1,12	0,60	33,97	52,07
1999	13,24	12,69	1,04	0,59	35,26	56,18
2000	13,57	12,63	1,07	0,60	35,20	57,02
2001	13,90	12,58	1,11	0,60	35,13	57,88
2002	13,42	12,98	1,03	0,59	31,27	52,36

Fontes e notas: ver Anexo.

(1) Parcela da renda apropriada por 1% mais ricos (% renda total): Série baseada na Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. É a proporção da renda apropriada pelos indivíduos pertencentes ao 1% mais rico da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Obs.: A PNAD não foi realizada nos anos de 1980, 1991, 1994 e 2000. Interpolação geométrica para os anos 1991, 1994 e 2000. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

(2) Parcela apropriada por 50% mais pobres – (% renda total): Série baseada na Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. É a proporção da renda apropriada pelos indivíduos pertencentes ao 50% mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Obs.: A PNAD não foi realizada nos anos de 1980, 1991, 1994 e 2000. Interpolação geométrica para os anos 1991, 1994 e 2000. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

(3) Parcela apropriada por 1% mais ricos / Parcela apropriada por 50% mais pobres: É a razão entre as colunas (1) e (2). Ver comentários acima.

(4) Renda – Desigualdade – coeficiente de Gini: Série baseada na Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima. Obs.: A PNAD não foi realizada nos anos de 1980, 1991 e 1994. Para maiores esclarecimentos sobre a construção do índice, ver: IPEA. *Perspectivas da economia brasileira – 1994*. Interpolação geométrica para os anos 1991, 1994 e 2000. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

(5) Pobreza – proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza – (% população total): Série baseada na Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a linha de pobreza. Linha de pobreza e Indigência: Número de domicílios familiares cuja renda per capita (incluindo rendimentos em espécie, mas sem imputação do valor do aluguel) é insuficiente para adquirir cesta de produtos alimentares para suprir o mínimo per capita de calorias diárias recomendada pela FAO (2100 calorias) sem considerar idade, sexo, ou qualquer outro atributo dos residentes do domicílio. A cesta de produtos alimentares é fixa, porém diferenciada para as grandes regiões do país com base nos padrões alimentares dos domicílios de baixa renda (ou seja os 20% mais pobres na distribuição de renda) observados na Pesquisa do Orçamento Familiar (POF) de 1996. Os preços dos produtos alimentares utilizados na valoração da Linha de Pobreza diferem por estado e, dentro desses, para regiões metropolitanas para as quais se dispõe de informações na POF. O número de pobres, por sua vez, é determinado pelo número de família cuja renda é menor do que o valor em reais do orçamento recomendado pela FAO multiplicado pelo inverso da participação do valor dos produtos não alimentares no orçamento de um domicílio padrão de baixa renda que também se diferencia por grande região. Obs.: A PNAD não foi realizada nos anos de 1980, 1991, 1994 e 2000. A metodologia difere para os anos anteriores a 1980. Interpolação geométrica para os anos 1991, 1994 e 2000. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

(6) Pobreza – número de pessoas abaixo da linha de pobreza: Milhões de pessoas. Série baseada na Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Obs.: A PNAD não foi realizada nos anos de 1980, 1991, 1994 e 2000. A metodologia difere para os anos anteriores a 1980. Interpolação geométrica para os anos 1991, 1994 e 2000. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

TABELA A.3

DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA NO BRASIL - INDICADORES 1980-2004

Ano	Taxa de lucro capital financeiro (RKF) (%)	Taxa de lucro capital produtivo (RKP) (%)	Diferencial relativo de taxas de lucro [(RKF-RKP)/RKF]	Relação Juro/salário (%)	Salário na renda, part. (%)	Transacionais, part. nas vendas das 500 maiores (%)	Nacionais privadas, part. nas vendas das 500 maiores (%)	Estatais, part. nas vendas das 500 maiores (%)	Salário mínimo real, var. média (%)	Rendimento médio real do trabalho, RMs, var. (%)	Taxa de desemprego (PNAD)	Rendimento médio real do trabalho (PNAD), var. (%)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
1980	19,2	14,3	25,5	-30,3	41,7	32,5	35,9	31,6	0,9	-	-	-
1981	43,1	9,2	78,7	-3,7	42,5	31,2	35,2	33,6	-0,3	-	-	-
1982	23,8	9,8	58,8	-14,4	43,4	30,9	36,1	33,0	1,3	-	-	-
1983	29,6	7,7	73,9	41,0	44,3	29,7	39,1	31,2	-9,7	-	-	-
1984	24,3	12,7	47,7	29,6	45,2	27,2	39,9	32,9	-8,7	-15,3	-	-
1985	31,5	13,2	58,0	3,0	46,1	28,5	40,7	30,8	3,7	4,2	-	-
1986	21,6	13,3	38,3	-24,7	48,3	28,7	42,4	28,9	3,5	29,9	-	-
1987	16,8	6,5	61,2	18,5	50,6	30,7	41,0	28,3	-18,2	-11,5	-	-
1988	20,0	10,8	46,0	-3,9	53,0	31,6	42,4	26,0	3,5	2,4	-	-
1989	34,6	14,0	59,5	12,4	55,5	30,8	44,0	25,2	0,0	8,1	-	-
1990	24,2	1,4	94,2	7,0	58,1	31,0	42,8	26,2	-24,9	-9,9	-	-
1991	8,9	-3,6	140,3	41,5	51,9	31,0	42,4	26,6	-5,2	-17,0	-	-
1992	12,1	0,4	96,7	17,8	53,9	31,3	41,7	27,0	8,1	-7,9	6,5	
1993	14,1	3,1	78,1	13,4	56,5	35,0	40,2	24,8	10,3	9,4	6,2	7,9
1994	12,9	10,7	16,8	-0,0	51,7	32,0	44,0	24,0	-9,6	6,3	6,2	13,6
1995	11,4	6,1	46,3	12,3	49,2	33,8	42,6	23,6	11,4	10,7	6,1	13,6
1996	13,4	5,0	62,6	11,4	49,1	34,3	40,5	25,2	4,3	7,4	7,0	2,7
1997	13,1	4,4	66,3	15,1	47,4	36,5	39,2	24,3	2,5	2,0	7,8	-1,1
1998	19,5	3,5	82,0	26,4	48,2	44,1	38,9	17,0	4,0	-0,5	9,0	-0,9
1999	23,2	-1,3	105,6	25,7	48,5	45,3	37,3	17,4	0,9	-5,5	9,6	-7,0
2000	21,5	7,9	63,2	10,5	48,2	46,1	35,3	18,6	3,4	-1,2	9,5	-0,6
2001	26,8	5,4	79,9	17,6	47,5	46,4	34,2	19,4	9,1	-3,4	9,4	-0,6
2002	20,8	0,8	96,2	-6,1	46,3	43,6	37,3	19,1	2,6	-4,3	9,2	-2,5
2003	21,5	12,4	42,4	23,3	45,3	-	-	-	0,7	-12,2	9,7	-7,6
2004	22,4	11,3	49,6	5,6	-	-	-	-	3,7	0,2	9,0	0,0

Fontes e notas: ver Anexo.

(1) Taxa de lucro grandes bancos (RKF) (%): Taxa de rentabilidade dos três maiores bancos privados nacionais (Bradesco, Itaú e Unibanco). É a razão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido. Fontes: 1980-90 – *Visão. Quem é Quem na Economia Brasileira*. 1991-94 – *Gazeta Mercantil. Balanço Anual*. 1995-2004 – *Exame. Melhores e Maiores*. No período 1980-94, os dados sobre patrimônio e ativo referem-se a valores reais (ajuste contábil) e o lucro ao resultado líquido. A partir de 1996 (inclusive), os dados são ajustados pelo efeito da inflação.

(2) Taxa de lucro 500 maiores empresas (RKP) (%): Taxa de rentabilidade das 500 maiores empresas. É a razão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido. Fontes: 1980-96 – *Exame. Maiores e Melhores*, julho 1997, p. 12. Dados para 1997-2004 em US\$ milhões de 2004; *Exame. Maiores e Melhores*, julho 2005, p. 47.

(3) Diferencial relativo de taxas de lucro: Diferencial entre a taxa de lucro do capital financeiro e a taxa de lucro do capital produtivo. Calculado com a fórmula: $[(RKF-RKP)/RKF]-1$. Calculado em percentagem. Os dados são os das colunas (1) e (2).

(4) Relação juro/salário (%): Calculada como $RJS = (1+i)/(1+wo)$; sendo i a taxa de juro nominal e wo a variação percentual do salário nominal. A taxa de juro é a taxa básica (Selic) mensal. Fonte: Taxa de juros: Overnight / Selic; Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Mercado financeiro e de capitais (BCB Boletim/Mercado Financeiro). A variação do salário nominal mensal refere-se a: Período janeiro de 1980-junho 1982 – Salário nominal na indústria no Estado de São Paulo. Fonte: Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Levantamento de Conjuntura (Fiesp). Período julho 1982-fevereiro 2002 – Rendimento Médio Nominal Mensal do Trabalho Principal. Regiões metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Mensal de Emprego – antiga metodologia (IBGE/PME antiga). Refere-se a pessoas com 15 anos ou mais de idade. Série interrompida. Período março 2002-dezembro 2004: Rendimento médio e mediano nominal do trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência. Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego. Nova Metodologia. A relação anual é a média geométrica das relações mensais. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

(5) Salário na renda, part. (%): Participação dos trabalhadores na renda: dados sobre a participação relativa da remuneração dos empregados na renda total (remuneração dos empregados + excedente operacional bruto). Fonte: 1947-99 – IBGE, *Estatísticas do Século XX*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003, Tabela III.2 – Estrutura da Renda Nacional Disponível Bruta (RNDB); 1999-2003, IBGE – Diretoria de Pesquisas – Departamento de Contas Nacionais, Sistema de Contas Nacionais, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Os dados de 1981-84 e de 1986-89 foram obtidos por interpolação geométrica. Os dados da série 1980-98 diferem daqueles publicados (Antigo Sistema de Contas Nacionais) porque foram corrigidos pelo encadeamento com a série mais recente das novas contas nacionais a partir de 1999, ou seja, foram multiplicados por 1,0862.

(6) Transnacionais, part. nas vendas das 500 maiores (%): Participação relativa das subsidiárias e filiais das empresas transnacionais no total das vendas das 500 maiores empresas. Fonte: 1995-2002 – Revista *Exame Melhores e Maiores*, julho 2003, p. 28; 1980-1994 – Revista *Exame Melhores e Maiores*, julho 2002, p. 28.

(7) Nacionais privadas, part. nas vendas das 500 maiores (%): Participação relativa das empresas nacionais privadas no total das vendas das 500 maiores empresas. Fonte: 1995-2002 – Revista *Exame Melhores e Maiores*, julho 2003, p. 28; 1980-1994 – Revista *Exame Melhores e Maiores*, julho 2002, p. 28.

(8) Estatais, part. nas vendas das 500 maiores (%): Participação relativa das empresas estatais no total das vendas das 500 maiores empresas. Fonte: 1995-2002 – Revista *Exame Melhores e Maiores*, julho 2003, p. 28; 1980-1994 – Revista *Exame Melhores e Maiores*, julho 2002, p. 28.

(9) Salário mínimo real, var. média (%): Média geométrica da variação mensal real do salário mínimo. Refere-se à série em reais (R\$) constantes do último mês, elaborada pelo

IPEA, deflacionando-se o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE, a partir de mar. 1979. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

(10) Rendimento médio real do trabalho, RMs (%): Para o período junho de 1982 a dezembro de 1993: Rendimento Médio Nominal Mensal do Trabalho Principal. Regiões metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. O deflator usado é o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC). De janeiro de 1994 em diante: Rendimento médio real efetivamente recebido pelas pessoas, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por Regiões metropolitanas (RMs) – Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE/PME). A série é deflacionada pela média ponderada do INPC das seis regiões metropolitanas a preços do mês subsequente ao último dado do rendimento médio real efetivo. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

(11) Taxa de desemprego PNAD (%): Trata-se de pessoas de 10 anos ou mais de idade. Série baseada na Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Interpolação geométrica para 1994 e 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

(12) Rendimento médio real do trabalho (PNAD), var. %: Variação Rendimento médio real das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas com rendimentos de todos os trabalhos (deflacionado pelo INPC base setembro 2004). Série baseada na Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Interpolação geométrica para 1994 e 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.